LEVANTAMENTO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA EQUIPES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E SERVIÇOS DE ATENDIMENTOS ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

SURVEY OF CONTINUING EDUCATION ACTIONS FOR SOCIAL ASSISTENCE TEAMS AND CARE SERVICES FOR PEOPLES INS SITUATIONS OF SOCIAL VULNERABILITY

DOI: <https://doi.org/10.22388/2525-5894.2018.0077>

Carolina Macedo - Assistente Social Mestranda do Programa de Educação e Saúde na Infância e Adolescência – UNIFESP - cacamacedo@hotmail.com

João Gabriel Trajano Dantas - Terapeuta Ocupacional, Mestrando do programa de Educação e Saúde na Infância e Adolescência – UNIFESP – gabrieldantas.to@gmail.com

Denise De Micheli - Professora Adjunta do Departamento de Psicobiologia e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e Adolescência – UNIFESP;

Resumo

Este artigo teve como objetivo realizar o levantamento de publicações com relatos ou experiências de ações de educação permanente e educação continuada para equipes da Assistência Social e de serviços de atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de uma revisão de integrativa, utilizando base de dados e bibliotecas virtuais: Scielo e Lilacs. Foram identificados 34 trabalhos, após a exclusão das publicações que não correspondiam aos critérios de seleção obteve-se 11 estudos, entre artigos, teses e dissertações. Os achados apontam reduzido número de publicações com essa temática, principalmente na área da Assistência Social, apesar do Brasil ter avançado no sentido de investir em políticas que incentivem e norteiem as práticas de Educação continuada. Tem-se como desafio tanto ações que fortaleçam a política de educação continuada, quanto pesquisas que possam promover intervenções nesse sentido, oferecidas aos trabalhadores com objetivo de aperfeiçoamento das práticas na rotina profissional.

Palavras-chaves: Educação Continuada, Assistência Social, Capacitação, Vulnerabilidade Social.

Abstract

This article aimed to carry out the survey of publications with reports or experiences of continuing education actions and continuing education for Social Assistance teams and services for people in situations of social vulnerability. This is an integrative review, using databases and virtual libraries: Scielo and Lilacs. Thirty-four studies were identified, after excluding publications that did not meet the selection criteria, 11 studies were obtained, including articles, theses and dissertations. The findings point to a reduced number of publications with this theme, mainly in the area of Social Assistance, although Brazil has advanced in the sense of investing in policies that encourage and guide the practices of Continuing Education. The challenge is both actions that strengthen the policy of continuing education, and research that may promote interventions in this sense, offered to workers with the goal of improving the practices in the professional routine.

Key-Words: Continuing Education, Social Assistance, Training, Social Vulnerability.

INTRODUÇÃO

O SUAS – Sistema Único da Assistência Social é o modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações de Assistência Social. Considerado um sistema público, descentralizado, participativo, não contributivo, que tem por objetivo a gestão do conteúdo específico da Assistência Social e é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (BRASIL, 2005). O SUAS foi previsto e regulamentado na lei federal no. 8.742 de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

A Política Nacional de Educação Permanente tem como objetivo institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da Educação Permanente, estabelecendo suas diretrizes e princípios definindo meios, mecanismos, instrumentos e arranjos necessários à sua operacionalização e efetivação. (BRASIL, 2013).

Tratam-se de ações de educação continuada e capacitações garantidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que através da resolução nº 4 de 13 de março de 2013, institui a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. Essa priorizando, dentre outros pontos, visa oferecer aos trabalhadores ações de formação e capacitações adequadas às qualificações profissionais requeridas no SUAS – Sistema Único da Assistência Social.

Nos últimos anos, os estados e municípios brasileiros garantiram esforços para a qualificação dos trabalhadores com base na consolidação da LOAS (Lei no. 8.742, de 1993), que eleva a Assistência Social ao estatuto de política integrativa da Seguridade Social e a um novo paradigma socioassistencial. Em concordância com a Política Nacional de Educação Permanente, em 2012 institui-se através da Resolução nº. 4 o Programa Nacional de Capacitação do SUAS – o capacitaSUAS visando:

- a) garantir a oferta de formação permanente para qualificar profissionais do SUAS no que se refere ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais;
- b) capacitar técnicos e gestores do SUAS para a implementação das ações dos Planos estratégicos do governo brasileiro;

c) induzir o compromisso e responsabilidade do pacto federativo do SUAS com a Educação Permanente junto às Secretarias Estaduais e ao Distrito Federal;

d) aprimorar a gestão do SUAS nos municípios, estados e Distrito Federal. (BRASIL, 2013, p. 9).

Contudo, sabe-se da frequente recomposição das equipes dos serviços de Assistência Social de acordo com diretrizes municipais, pois a organização das ações e serviços, que é definida através de níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, tem o território como referência e de é responsabilidade da administração municipal.

Assim, a garantia da formação permanente e da educação continuada, vem de encontro à necessidade da demanda de trabalhadores no setor, segundo Censo-SUAS de 2017 o Brasil conta com 8.292 CRAS – Centro de Referência da Assistência Social que realizam o acompanhamento de 1.648.273 famílias com o apoio de Serviços de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Também segundo o Censo, esses Centros de Referência contam com 95.967 trabalhadores, destes 32.947 possuem Ensino Médio Completo e somente 6.096 já participarem de algum curso do CAPACITASUAS.

Nesse artigo realizou-se um levantamento de ações de educação continuada para profissionais que atuam em serviços da assistência social, com prestação de serviços à demanda da população considerada em situação de vulnerabilidade social.

Reconhece-se o desafio de identificar no setor da Assistência Social a ausência de processos educativos incorporados ao cotidiano das equipes e serviços, assim pretendemos, com o texto, iniciar um debate, cujo objetivo é localizar problemas em relação a consolidação de ações educativas.

É a partir desses questionamentos que surge o presente texto, que utiliza a revisão integrativa como abordagem metodológica, com o objetivo de verificar as ações de educação continuada para equipes e serviços da Assistência Social no Brasil, compilado de informações em meios eletrônicos com o propósito de uma revisão de literatura de pesquisa.

METODOLOGIA

A Prática Baseada em Evidências (PBE) tem sido cada vez mais valorizada tanto no meio acadêmico quanto profissional. É caracterizada como “Abordagem de solução de problema para a tomada de decisão que incorpora a busca da melhor e mais recente evidência, competência clínica do profissional, valores e preferências do paciente ao cuidado prestado” (MENDES, et.al., 2008, p.759)

A PBE fortalece as práticas de saúde e educação, resgata situações e experiências vivenciadas no cotidiano de trabalho e as sustentam numa discussão fortalecida por reflexões teórico-práticas, fazendo com que o profissional adquira maior autonomia para lidar com os resultados esperados de suas próprias intervenções, tirando o mesmo do automatismo alienante e colocando-o numa postura com pensamento crítico e proposições práticas cada vez mais condizentes com as realidades de seus trabalhos e territórios,

onde reflete nos artigos e trabalhos encontrados situações que são vivenciadas, ajudando na tomada de decisão, seja ela clínica ou institucional.

É neste contexto que a Revisão Integrativa entra como um instrumento da PBE, uma vez que apresenta metodologia criteriosa que ajuda na seleção de melhores evidências sobre determinado assunto. É uma metodologia bastante útil para os profissionais de saúde e educação, pois auxilia na escolha de uma possível intervenção e amplia diversos olhares que tangem uma mesma temática. Sendo assim, a Revisão Integrativa:

É a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também, dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências e análise de problemas metodológicos de um tópico particular. (SOUZA, 2010, p. 103)

Desta forma o presente estudo objetiva identificar práticas de formação, ações de educação continuada, e capacitações para profissionais da área da Assistência Social.

Para a concretização do estudo, duas bases de dados foram selecionadas para realização das buscas, sendo elas: Scielo e Lilacs. Foi utilizada a combinação das seguintes palavras-chave: Educação Continuada, Assistência Social e Vulnerabilidade Social, todas indexadas na plataforma de 'Descritores em Ciência da Saúde' (DeCS, 2017).

Foram incluídos artigos científicos, periódicos, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, buscas on-line em português publicados no Brasil entre os anos de 2010 e 2017, que relacionam de algum modo, práticas de formação, educação continuada e capacitações a profissionais que atuam com pessoas consideradas em situação de vulnerabilidade social. Foram excluídos da pesquisa aqueles que não abordam a problemática proposta.

Grande parte dos artigos relacionados como fonte de pesquisa, relata experiências de formação à profissionais na área da saúde, pois esse setor também compõe a rede de atenção às famílias que se apresentam com fragilidades e violação em relação à garantia de direitos, situações de violência ou negligência e outras características das pessoas consideradas em situação de vulnerabilidade social.

RESULTADOS

A partir dos descritores utilizados e dos critérios de inclusão e exclusão citados anteriormente, foram realizadas as pesquisas nas bases de dados.

Os descritores foram utilizados em 3 combinações diferentes, com dois descritores alternadamente (ver tabela 1), cada combinação resultou numa quantidade específica de artigos. Após a leitura dinâmica dos títulos e resumos de todos os artigos encontrados e a posterior análise dos mesmos, apenas 12 contemplaram os critérios de inclusão observando os seguintes resultados:

Tabela 1 - Distribuição de referências bibliográficas obtidas nas bases de dados Scielo e Lilacs, segundo os descritores selecionados.

Palavras-chaves cruzadas concomitantemente (como palavras de resumo e como descritores)	Número de Referências obtidas	Resumo s analisad os	Referências selecionadas para análise
(assistência social) AND (educação continuada)	12	3	2
(vulnerabilidade social) AND (educação continuada)	4	2	1
(capacitação) AND (assistência social)	43	5	4
(assistência social) AND (educação continuada)	59	5	4
(vulnerabilidade social) AND (educação continuada)	8	5	4
(capacitação) AND (assistência social)	241	14	2

A Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social (Resolução CNAS nº 28 de 14/10/2014), tem como objetivo contribuir com o aprimoramento das funções, capacidades e competências dos trabalhadores de serviços, programas e projetos, por meio de apoio aos estados e municípios na execução de seus planos de capacitação.

Se pensarmos que práticas de formação e educação continuada são uma das formas de se proporcionar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de profissionais e equipes dentro das instituições, podemos perceber o quão torna-se importante a criação de uma Política Nacional que proporcione a relevância do processo de trabalho como forma de conhecimento.

Grande parte dos artigos, periódicos e teses relacionados como fonte de pesquisa, relatam estudos ou experiência de ações de educação continuada nas áreas da saúde e educação, aos que trazem resenhas da área da assistência social, identificamos maior destaque a ausência de planos eficazes para execução dessa Política Nacional.

Tabela 2 - Artigos encontrados segundo Nome, Autores, Objetivo – Metodologias, Resultados – Discussão, Banco de Dados e Ano de Publicação (verificar formatação do título da tabela (fonte, tamanho, etc)).

No	Título	Autores	Objetivos/Método	Resultado/Discussão	Banco de Dados	Ano de publicação
1	Capacitação em álcool e outras drogas para profissionais da saúde e assistência: relato de experiência	Pedro Henrique Antunes da Costa; Daniela Cristina Belchior Mota; Erica Cruvinel; Fernando Santana de Paiva; Henrique Pinto Gomide; Isabel Cristina Weiss de Souza; Leonardo Fernandes Martins; Pollyanna Santos da Silveira; Telmo Mota Ronzani	Relato de experiência sobre os aspectos de capacitações de profissionais do SUS e SUAS de um CRR de Minas Gerais. Descreve e analisa o perfil dos profissionais, a estrutura, a abordagem pedagógica dos cursos, o impacto nas concepções sobre a temática e rotinas dos profissionais.	Os cursos possibilitaram troca de experiências, discussão e programação de ações de prevenção e cuidado em relação ao uso de drogas. Contudo, deve-se questionar se, para o tipo de formação profissional desejada, o modelo de curso <u>conteudista</u> seria o mais adequado.	<u>Scielo</u> e <u>Lilacs</u>	2015
2	Psicologia na política de assistência social: trabalho em um "setor terceirizado"	Mariana Priori Cordeira, Leny Sato	Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam em serviços do SUAS, em três estados do sudeste brasileiro. Nesse trabalho, buscou-se analisar como os psicólogos que trabalham na Assistência Social percebem o processo de terceirização da área.	Documentos oficiais enfatizam a importância do <u>SUAS</u> ser implementado por profissionais qualificados, comprometidos, valorizados e bem remunerados. Sustentam a necessidade de contratação por meio de concurso público, defendem a <u>desprecarização</u> dos vínculos trabalhistas e o fim da terceirização. Mas esses mesmos documentos dão brechas para contratos e vínculos que adoecem trabalhadores.	<u>Scielo</u>	2017
3	Instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas	Maria Elisabeth Kleba; Dunia Comerlatto; Kenia Munaretti Frozza	Pesquisa de análise de conteúdo de documentos relacionados à atuação dos conselhos para identificar instrumentos e mecanismos utilizados na dinâmica do processo decisório.	O estudo evidencia uma prática restrita em relação a gestão de políticas públicas. No caso da assistência social, o debate se concentra na aprovação de convênios, a partir dos pareceres de comissões internas sobre o pedido de credenciamento e credenciamento de entidades. Em relação aos instrumentos que devem orientar o processo decisório, evidenciamos uma lacuna no que se refere a documentos legais estabelecidos pelas diferentes esferas governamentais para a área.	<u>Scielo</u>	2015
4	A formação via PNQ e inserção produtiva	Simone Eliza do Carmo Lessa	Tratou a autora da formação de trabalhadores que atuam nos	Analisando o documento que institui o <u>PNQ</u> , encontramos um material gerado em	<u>Scielo</u> e <u>Lilacs</u>	2011

	dos CRAS: a reposição empobrecida e emergencial da qualificação de trabalhadores		postos de trabalho mais simples e de frágil proteção social, destacando a força da ideia da formação na sociedade contemporânea, em especial no atual contexto de crise do capital. Buscou entender o aumento de fundos públicos e privados graças à maximização da exploração da força de trabalho, frente a uma imensa crise de ordem econômica.	condições históricas de novo tipo. Nunca na história deste país foi tão complexo analisar as ações governamentais. Isto porque a combinação, em condição de proposição e de mando, de atores políticos com trajetórias de ação distintas tem gerado frutos em relação a ações governamentais dotadas de continuísmo, sob o argumento da inovação.		
5	Limites e possibilidades das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço: Percepções dos gestores	Tânia França; Soraya Almeida Belisário; Katia Rejane Medeiros; Isabela Cardoso de Matos Pinto; Ana Claudia Pinheiro Garcia.	Estudo qualitativo multicêntrico, nas <u>SESS</u> e as Cies os informantes-chave foram os gestores ou responsáveis pela condução da política de EPS nas <u>SESS</u> . Foram instrumentos de coleta de dados: Questionário online e entrevistas semiestruturadas dirigidas aos coordenadores das Cies e ao coordenador nacional da PNEPS/SUS. Buscou analisar dificuldades na implementação das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço por meio de entrevistas	Enumeração de dificuldades como entraves burocráticos, dificuldade dos estados e municípios na execução dos recursos e restrições legais para sua utilização, ausência de corpo docente nas escolas técnicas, extensão territorial do seu estado, com municípios distantes e de difícil acesso, o difícil processo de regionalização do estado, baixa capacidade organizativa, a oferta de eventos pulverizados, fragmentados, sem conexão entre si e de baixa carga horária, e outras dificuldades observadas entre a amostragem.	<u>Scielo</u> <u>e Lilacs</u>	2017
6	Avaliação do programa de capacitação para formação de <u>socioeducadores</u> : O esporte como possibilidade de enfrentamento da vulnerabilidade social	Aline <u>Dessupoio</u> Chaves; <u>Heliana</u> Castro Alves; Daniela Tavares Gontijo	Pesquisa qualitativa que investigou as interpretações dos significados expressos pelos participantes de um programa de capacitação sobre temas relacionados e o papel social do educador físico.	O curso de capacitação teve um resultado positivo para a maioria dos participantes, que, no decorrer de uma atividade para outra, demonstrava maior interesse e participação. Pelos depoimentos dados ao final do último questionário, percebeu-se que o programa de capacitação para formação de <u>socioeducadores</u> foi realmente válido na medida em que despertou a reflexão dos profissionais envolvidos no programa.	<u>Lilacs</u>	2012

7	"UMA ANDORINHA SO NAO FAZ VERA0": A integrao do educador fisico na rede de suporte social de crianas e adolescentes em situao de vulnerabilidade: Discusses a partir de um curso de educao continuada	<u>Heliana</u> Castro Alves; Aline <u>Dessupoio</u> Chaves; Daniela Tavares Gontijo	Relato de experincia de uma capacitao oferecida pelos cursos de Terapia Ocupacional (TO) e EF de uma universidade pblica, para os professores de EF que trabalham em um programa social. O curso objetivou a construo de novos conhecimentos considerando a prtica profissional voltada s crianas e adolescentes em situao de vulnerabilidade social numa perspectiva interdisciplinar.	Os participantes levantaram a importncia de compreenderem o lugar do esporte na rede de suporte, possibilitando um apoio social para a comunidade e no atendimento a crianas. As falas tambm revelam a compreenso de que as prticas esportivas dos diversos programas sociais no devem trabalhar isoladamente, mas em comunicao e ao com outros setores. Os participantes reconhecem que a escola e a famlia deveriam constituir, em condies ideais, importantes fontes de suporte para crianas inseridas em contextos sociais vulnerveis.	<u>Lilacs</u>	2012
8	Educao permanente com enfoque para a promoo da sade e condutas preventivas em adolescentes e jovens	Maria Lucia Andrade da Silveira	Reviso bibliogrfica que buscou analisar como tem ocorrido a Educao Permanente para a incorporao da cultura de preveno pela atuao dos profissionais de educao e sade.	Estudo apontou que existe um elevado nvel de desconhecimento e despreparo para a abordagem desta temtica junto a adolescentes e jovens, principalmente pelos pais ou responsveis, que se consideram despreparados para falar do assunto com seus filhos, deixando, muitas vezes, de atender s solicitaes e questionamentos dos mesmos, por desinformao, ou mesmo por falta de habilidade para responder com naturalidade a essas questes.	<u>Lilacs</u>	2011
9	Capacitao para o enfrentamento da violncia sexual contra crianas e adolescentes em quatro capitais brasileiras	Luiza Jane <u>Eyre</u> de Souza Vieira; Raimunda Magalhães da Silva; Ludmila Fontenele Cavalcanti; Suely Ferreira <u>Deslandes</u>	Estudo de caso mltiplo busca-se analisar a oferta de capacitao aos agentes do poder pblico municipal para o enfrentamento da violncia sexual contra crianas e adolescentes em quatro capitais brasileiras.	Estudo sugere a construo de um plano de capacitao sobre violncias e direitos sexuais de crianas e adolescentes e, em especial, sobre violncia sexual, tratando das formas de identificar e atuar nestas situaes e, que, incluia: (1) planejamento de oferta de atividades; (2) metas de cobertura do nmero de profissionais das redes; e (3) registro do nmero de capacitaes, contedos, sistematicidade e profissionais envolvidos.	<u>Scielo</u> e <u>Lilacs</u>	2015
10	Produo do cuidado e produo pedaggica no planejamento participativo: uma	Camilla Maia Franco; Lilian <u>Koifman</u>	Buscou estabelecer a relao entre produo do cuidado e produo pedaggica, por meio de prticas educativas desenvolvidas no processo de	As atividades de planejamento participativo continuaram na comunidade e na USF e estimularam a implantao do Conselho Local de Sade na mesma unidade, reafirmando o exerccio do controle social – a	<u>Scielo</u> e <u>Lilacs</u>	2010

	interlocução com a Educação Permanente em Saúde		planejamento participativo, possibilitando interlocução com a Educação Permanente em Saúde.	democracia em ato – capaz de potencializar e dar continuidade ao processo de transformação.		
11	Práticas de ensino-aprendizagem com base em cenários reais.	Suzely Adas Saliba Moimaz ; Nemre Adas Saliba ; Livia Guimarães Zina ; Orlando Saliba ; Cléa Adas Saliba Garbin	Pesquisa mista buscou verificar a satisfação da população residente na área urbana como usuária do sistema de saúde, seu conhecimento a respeito da ESF e sua participação no processo decisório das políticas públicas de saúde. Realizar um trabalho educativo, domiciliar, entre outros. Capacitar os membros das equipes da ESF. Avaliar os modelos de atenção à saúde. Capacitar os cirurgiões-dentistas. Capacitar os membros dos Conselhos.	A gestão foi dinamizada, o usuário tornou-se mais consciente de seus deveres e direitos, a equipe de saúde foi capacitada e os Conselhos Municipais passaram por reformulações. A integração do município com a Universidade se deu por meio da assessoria da academia na resolução dos nós críticos vivenciados pelos serviços locais de saúde, e pela adequação da formação universitária por meio da contribuição do serviço de saúde. Este projeto contribuiu com a ampliação dos espaços de intervenção em saúde para a intensificação de canais de integração entre os pares envolvidos - universidade, serviços e comunidade - suportados pelos princípios doutrinários e organizativos do sistema de saúde	Scielo e Lilacs	2010

DISCUSSÃO

Artigos, e outros textos inseridos nessa revisão, buscaram de alguma forma apresentar experiências de formação à profissionais que prestam serviços à população, consideradas em situação de vulnerabilidade ou não, e evidenciam a importância de espaços de educação continuada para os profissionais que lidam cotidianamente.

Ressaltam que conhecimento não é somente a transmissão de informações, é necessário algum movimento de contextualização para que haja mudanças e/ou evoluções na prática profissional das equipes dentro dos serviços e/ou instituições.

O estudo apresentado por Chaves et al. (2012), afirma que capacitações em exercícios podem contribuir se trabalhadas reflexivamente a rotina de atuação seja melhor estruturada, com a fundamentação didático pedagógica em sintonia com a atualidade e com a área de atuação.

Costa, et al. (2012), menciona em seu artigo que a

...a formação de recursos humanos a partir da educação permanente somados à pesquisa e prática clínica, tendo como horizonte uma educação que seja reflexiva, problematizadora e que vise a transformação da realidade social. Espera-se a superação da primazia dos procedimentos nos serviços, respaldados pelo saber técnico, abrindo espaço, também, para reflexões sobre as práticas no cotidiano do trabalho. Costa, et al. 2015, p. 396).

Os autores apontam que os Serviços da Assistência Social têm avançado devido a ampliação de políticas públicas no setor, e trabalham oportunizando abordagens preventivas e encaminhamentos, oferecendo também suporte às famílias, assim, identifica-se a necessidade de capacitações, espaços de formação e educação continuada à profissionais desses dispositivos.

A rede de atenção psicossocial, da qual fazem parte os dispositivos de assistência e atendimento às populações em situação de vulnerabilidade social, é muitas vezes descrita como desarticulada e desintegrada. Aparenta insuficiência de recursos e sobrecarga dos trabalhadores, fatores que ainda segundo Costa, et. al. (2015), dificultam na aquisição de conhecimentos para implantação de novas práticas, esses profissionais esbarram na complexidade da própria prática e com a organização de um sistema ainda fragmentado.

No caso específico da Assistência Social, cujas ações e serviços são de base territoriais, com objetivo de prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e acompanhamento de situações já instaladas de risco social e pessoal, utilizando-se maior flexibilidade nas soluções protetivas, a conhecida “terceirização”, segundo Cordeiro e Sato (2017), precariza os serviços públicos, instituindo baixos salários, promovendo a alta rotatividade dos profissionais.

Os CRAS (Centros de Referência da Assistência Social) são as principais unidades de execução da proteção social básica, os trabalhadores que atuam nesses centros oferecem atendimento e encaminhamentos, segundo Lessa (2011) à população que sofre graves desigualdades como falta de moradia, desemprego, adoecimento, violência, caracterizando principalmente a pobreza absoluta como foco de suas ações e intervenções na execução da política.

Assim é de suma importância que o Estado ofereça formação continuada a esses trabalhadores; cursos, oficinas e palestras que lhes deem subsídios para refletir criticamente sobre a política de assistência social, ajudando a construir novas formas de intervenção (CORDEIRA & SATO, 2017). Certamente é essencial a formação dos trabalhadores do SUAS, e sua escassez contradiz com a premissa de garantia de qualidade nos

serviços socioassistenciais, amplitude do trabalho técnico, favorecendo a descontinuidade dos serviços e o descrédito da população para com as ações públicas.

Outras premissas do SUAS, se configuram pela universalidade, gratuidade, equidade, intersetorialidade e integralidade da proteção social. Relacionados a esses princípios, eixos estruturantes como matricialidade sociofamiliar, territorialização, controle social, política de recursos humanos, entre outras são essenciais a execução dessa política como aponta Kleba et al. (2015), e destaca o eixo informação, monitoramento e avaliação, como essencial na busca de resultados em torno da produção de informações e conhecimentos para os trabalhadores.

Realizando um comparativo com o SUS, que através da portaria nº 1.996/07 definiu, em seu art. 2º, que a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), seria conduzida pela gestão regional, França et al (2017), indica que a educação permanente se tornou uma estratégia para a formação e desenvolvimento de trabalhadores e tem como objeto a transformação do processo de trabalho visando a melhoria da qualidade dos serviços.

O estudo apresentado por França et al. (2017) aponta dificuldades percebidas nos espaços de educação permanente no SUS parecidas com as identificadas no SUAS como baixa capacidade organizativa, baixa prioridade dos gestores dos serviços às ações de formação, dificuldade na execução dos recursos, entre outras, indicando como desafio considerar a educação permanente como elemento capaz de ir além de cursos e treinamentos isolados e voltados para problemas imediatos e pontuais dos serviços.

Ainda, sobre ações de educação permanente na área da saúde, Silveira (2011) conta que, programas de capacitação poderiam ser pontuais, isolados e fragmentados, porém trouxeram alterações para a sensibilização de instituições e pessoas de que é necessário investir mais ainda nas práticas educativas, na formação e na atenção e no cuidado.

Uma oficina realizada com uma USF – Unidade de Saúde da Família no Estado do Rio de Janeiro, seguindo princípios de Educação Permanente em Saúde, conforme explicita Franco (2010), possibilitou que a Equipe construísse coletivamente seu próprio conceito acerca do tema que estavam trabalhando durante a atividade.

Outra experiência, trazida por Moimaz, et al., (2010), em Sorocaba, cidade do Noroeste do Estado de São Paulo, buscou capacitar membros da ESF – Equipe de Saúde da Família e do Conselho Municipal de Saúde em diversos aspectos, trazendo resultados como: munícipes mais conscientes de seus direitos e deveres, dinamização da gestão e reformulação das equipes de atenção à saúde do território. Esse autor aponta que esse projeto de capacitação contribuiu para intensificar canais de integração entre universidade, serviços de saúde e comunidade.

Ao realizar um recorte ainda mais micro, em seu artigo Vieira, et al. (2015), refere que em Fortaleza, Estado do Ceará, a Assistência Social beneficiou-se de ações de capacitações mais que outros setores, no que diz à formação de profissionais e equipes para prevenção e enfrentamento dessa problemática. Categoriza a Assistência Social como setor estratégico no atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência social, considerada condição de vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários estudos abordam a necessidade de que os planos de Educação Permanente sejam de fato implantados nos Estados e Municípios Brasileiros e atendam às necessidades dos territórios de maneira dialética e constante, permitindo conscientizando a gestão dos serviços e sobre a importância dos

trabalhadores em processos de formação como dispositivos de aprendizagem e análise dos processos de trabalho nas instituições.

O Brasil avançou no sentido de investir em políticas que organizem e norteiem as práticas de Educação Continuada, promulgando resoluções como a nº 4 de 13 de março de 2013, que institui a Política de Educação Permanente do SUAS e a nº 28 de 14 de outubro de 2014 que institui o Programa Nacional de Capacitação do SUAS.

A consolidação de políticas e programas cumprem papel fundamental no fortalecimento de ações de educação continuada que, caminham na direção de melhorar a qualidade dos serviços e possibilitar transformações e inclusão de saberes ao exercício das diferentes funções profissionais.

Contudo as próprias resoluções apontam severas limitações como fragmentação e descontinuação das ações, fragilidade e ausência de estudos reais, e critério “preço” como decisório na escolha de instituições formadoras/capacitadoras. (BRASIL, 2013)

Os artigos relacionados na discussão, reforçam que as formações, capacitações, ações de educação continuada destinada aos trabalhadores/profissionais que atuam com a população em situação de vulnerabilidade social, podem promover o aperfeiçoamento das ações e intervenções oferecidas uma vez que esses trabalhadores ocupam um lugar de centralidade na efetivação dos direitos socioassistenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, H. C.; CHAVES, A. D.; GONTIJO, D. T. **“Uma andorinha só não faz verão”: A integração do educador físico na rede de suporte social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade: Discussões a partir de um curso de educação continuada.** Pensar a prática. Goiânia, v.15, n.2, jun.2012 Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/12772/11217>>. acesso em 21 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Norma Operacional Básica – NOS/SUAS.** Brasília, DF, nov. 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 4, de 13 de março de 2013. **Institui a Política Nacional de Educação Permanente do sistema Único da Assistência Social – PNEP/SUAS.** Diário Oficial, Brasília, DF, 20 mar. Seção 1.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 8, de 18 de abril de 2013. **Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS.** Diário Oficial, Brasília, DF, 30 abr. Seção 1.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 21, de 18 de dezembro de 2017. **Publica as deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.** Diário Oficial, Brasília, DF, 19 dez. Seção 1.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 28, de 14 de outubro de 2014. **Institui o Programa Nacional de Capacitação do SUAS.** Diário Oficial, Brasília, DF, 15 out. S 1.

CHAVES, A. D.; ALVES, H. C.; GONTIJO, D. T. **Avaliação do programa de capacitação para a formação de sócioeducadores: O esporte como enfrentamento da vulnerabilidade social.** Pensar a prática. Goiânia, v.15, n.4, dez .2012 Disponível em < <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/15410> >. Acesso em 21 jul. 2018.

CORDEIRO, M. P.; SATO, L. **Psicologia na política de assistência social: trabalho em um "setor terceirizado".** Estud. psicol. (Campinas), v.34, n.1, p.41-52, Mar. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2017000100041&lng=en&nrm=iso>.

COSTA, P. H. A. da et al. **Capacitação em álcool e outras drogas para profissionais da saúde e assistência social: relato de experiência.** Interface (Botucatu), v. 19, n. 53, p. 395-404, Jun 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832015000200395&lng=en&nrm=iso>.

FRANCA, T. et al. **Limites e possibilidades das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço: percepções dos gestores.** Saúde debate, Rio de Janeiro , v. 41, n. spe3, p. 144-154, Set. 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000700144&lng=en&nrm=iso>.

FRANCO, C. M.; KOIFMAN, L. **Produção do cuidado e produção pedagógica no planejamento participativo: uma interlocução com a Educação Permanente em Saúde.** Interface (Botucatu),v. 14, n. 34, p. 673-682, Set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832010000300016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 jul. 2018.

KLEBA, M. E.; COMERLATTO, D.; FROZZA, K. M. **Instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas.** Rev. Adm. Pública (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro 49(4):1059-1079, jul./ago. 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n4/0034-7612-rap-49-04-01059.pdf>> . Acesso em 21 jul. 2018.

LESSA, S. E. do C. **A formação via PNQ e inserção produtiva dos CRAS: a reposição empobrecida e emergencial da qualificação de trabalhadores.** Serv. Soc. Soc., São Paulo , n. 106, p. 284-313, Jun 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 jul. 2018.

MOIMAZ, S. A. S. et al. **Práticas de ensino-aprendizagem com base em cenários reais.** Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.14, n.32, p.69-79, jan./mar. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/icse/v14n32/06.pdf> Acesso em 21 jul. 2018.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Plano Municipal de Educação Permanente.** São Paulo, SP. 2015.

SILVEIRA, M. L. A. da. **Educação permanente com enfoque para a promoção da saúde e condutas preventivas em adolescentes e jovens.** Recife: [s.n.], 2011. Disponível em <http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2011silveira-mla.pdf>. Acesso em 22 jul 2018.

VIEIRA, L. J. E. de S. et al. **Capacitação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras.** Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, p. 3407-3416, Nov. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015001103407&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 jul. 2018.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Guia Básico para Elaboração de Referências Bibliográficas – Segundo ABNT.** Rev. Entreteses. São Paulo, Ago. 2014. Disponível em: http://dgi.unifesp.br/sites/comunicacao/pdf/entreteses/guia_biblio.pdf